

A OBRIGAÇÃO DE GERAR HERDEIROS E A INFERTILIDADE DAS RAINHAS NA LONGA DURAÇÃO DO IMAGINÁRIO POPULAR OCIDENTAL: OS EXEMPLOS DO REI ARTHUR E DE HENRIQUE VIII

THE OBLIGATION TO BEAR HEIRS AND THE INFERTILITY OF THE QUEENS IN THE LONG DURATION OF DE COMMON WESTERN IMAGERY: THE EXAMPLES OF KING ARTHUR AND KING HENRY THE VIII

*Joyce de Freitas Ramos*¹

Resumo: O gênero feminino foi marcado por estigmas e estereótipos durante toda a história ocidental. Mulheres de todas as classes sociais encontram-se presas por convenções normativas e morais de gênero das quais não conseguem fugir. Mesmo aquelas em situação de poder, como as Rainhas Consortes, possuíam obrigações específicas de sua condição feminina, entre elas a mais importante era a de gerar filhos para herdar o reino. Três exemplos, da história da Inglaterra, servem para expressar o conteúdo de julgamento moral por trás da infertilidade de tais monarcas. Por pertencerem a períodos distintos e, ainda assim, carregarem o mesmo imaginário, os exemplos da Rainha Guenevere, presente na literatura do século XIV d. C., e das duas primeiras esposas de Henrique VIII, Catarina de Aragão e Ana Bolena, no século XVI d.C., são representando

¹ Aluna do 4º ano do curso de História (Bacharelado e Licenciatura) da turma de 2014 da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. No momento, encontro-me em processo de realização de uma pesquisa de Iniciação Científica, com o título de "Os Dois Lados da Vivência Feminina: Guenevere e Morgana nas obras Le Morte D'Arthur, de Sir Thomas Malory, e no anônimo Sir Gawain and The Green Knight", financiada pelo PIBIC-CEPE, que será entregue em Agosto de 2014, sob a orientação da Professora Doutora Yone de Carvalho. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3740417518084163>.

tes da longa duração da posição estigmatizada e estereotipada pela qual a condição feminina é marcada ao longo da história ocidental.

Palavras-chave: Herdeiros, Monarquia, Estereótipos, Mulheres, Rei Arthur, Tudors

Abstract: The female genre was marked by stigmata and stereotypes throughout the whole Western history. Women from all social classes are bound by normative and moral conventions of genre from which they can't escape. Even those women in power situation, such as consort Queens, had specific obligations of their womanhood, among which the most important was to bear children to inherit the kingdom. Three examples in the history of England serve to express the content of moral judgment behind infertility of such monarchs. Because they belong to different periods and, nevertheless, carry the same imagery, the examples of Queen Guenevere, in the literature of the XIVth century b.C., and of the two first Henry the VIII's wives, Catherine of Aragon and Anne Boleyn, in the XVIth century b.C., are representatives of the long duration of stereotyped and stigmatized position in which womanhood is marked throughout Western history.

Key-words: Heir, Monarchy, Stereotypes, Women, King Arthur, Tudors

Durante toda a Idade Média, entrando no mundo moderno e contemporâneo, os discursos sobre as mulheres e seu papel na sociedade produziram estigmas sociais e as colocou em um patamar físico e intelectual inferior ao masculino (DELUMEAU, 1978). Dentro desses estereótipos enquadravam-se as mulheres de todas as classes sociais; mães, filhas, irmãs, amantes, esposas. O gênero feminino no Ocidente, como um todo, foi alvo das marcas de sua baixa posição na hierarquização de gênero produzida, essencialmente, pelo imaginário masculino.

O estereótipo da mulher como “objeto” doméstico além de perdurar por séculos e eras diferentes no Ocidente, ainda que com suas varia-

ções pontuais em diferentes contextos, foi também aplicado de forma específica às mulheres que se encontravam em situações de poder, ainda que esse poder raramente se apresentasse como pleno e inquestionável (PERROT, 1988).

Faz parte de um imaginário bastante difundido a ideia de que as mulheres, categorizadas pelos machismos ocidentais, apresentavam-se como personagens passivas da História, que seu papel as vitimava e que suas vozes não influenciavam os rumos do contexto no qual se inseriam, fosse ele qual fosse. Entretanto, tal visão, recorrente inclusive no próprio ideário feminino, de que, até o momento das conquistas das reivindicações pela igualdade dos sexos, especialmente no século XX, a mulher não possuía papel ativo ou influenciava nas decisões políticas. Essa linha de pensamento se aplica, especialmente, às chamadas Rainhas consortes, àquelas que eram coroadas e reinavam pelo casamento e não pela hereditariedade.

Tal imagem de passividade feminina foi, aos poucos, sendo revista pela historiografia contemporânea, especialmente por trabalhos como os de Michelle Perrot, ao longo dos últimos trinta anos. Hoje já há uma inclinação a considerar que as mulheres, na grande maioria das vezes, influenciavam seus maridos, pais, filhos, amantes. Descobrimos segredos, ouvindo apreensões ou aconselhando, as companheiras de alcova, as mães respeitadas, as filhas queridas, as mulheres, principalmente no que diz respeito às tomadas de decisão masculinas, transmitiam suas opiniões e suas vontades através dos ouvidos e das palavras daqueles que nelas viam seu principal apoio.

A discussão sobre o nível da influência feminina nas diferentes épocas da história da humanidade é ampla e recorrente. Entretanto, possuindo voz ativa ou se posicionando como personagens passivas, influenciando a História direta ou indiretamente, as mulheres no poder, especialmente as Rainhas Consortes, eram marcadas por uma obrigação capital que não conseguiam sobrepujar: a de gerar herdeiros para a dinastia de seu marido.

Da Idade Média à Idade Moderna, o papel dessas “monarcas de matrimônio” foi, prioritariamente, o de reprodutora real. Tal função, como a própria monarquia em geral, acabou por adquirir um caráter divinizado e divinizante e carregou consigo toda uma carga moral embutida.

Dois exemplos, inseridos em dois contextos bastante diversificados, ainda que ambos na historiografia e literatura inglesas, se mostram bastante característicos. Eles ilustram, não apenas a continuidade temporal do papel reprodutor das Rainhas Consortes ao longo da História, como também o imaginário religioso e moral que tal papel carrega consigo, tanto através da própria historiografia quanto através de difusores midiáticos, como a literatura de época. São os exemplos do Rei Arthur e da Rainha Guenevere e o de Henrique VIII e suas duas primeiras esposas, Catarina de Aragão e Ana Bolena.

O primeiro exemplo, o do Rei Arthur e da Rainha Guenevere, constitui-se como uma amostra daquilo que Stephen Greenblatt chama de “energia social codificada nas obras literárias” (GREENBLATT, 1988).

A energia transferida para a obra literária [...] retorna ao mundo social através de suas apropriações por parte de seus leitores e espectadores [...] A circulação entre o mundo social e as obras estéticas podem apoderar-se de qualquer realidade, tanto dos desejos, das ansiedades ou dos sonhos quanto do poder, do carisma ou do sagrado².

Tal teoria difunde a ideia de que a literatura é, ao mesmo tempo, influenciada e influenciadora de seu tempo e do contexto no qual foi escrita e difundida. Nesse sentido, encaixa-se o uso da literatura, nesse caso a arturiana, para transmitir e evidenciar todo o imaginário de determinado período. Para falar sobre o Rei Arthur e sua corte o uso das fontes literárias é imperativo, pois, até o momento, são vastas as discussões historiográficas e arqueológicas sobre a existência ou não de tais personagens que se constituem como essencialmente literários na História.

Saída das lendas celtas e reproduzida pela literatura medieval desde o século XII³, a existência do Rei Arthur, de seus cavaleiros e sua família, bem como da Rainha Guenevere, não pode ser comprovada. Entretanto, a recorrência de sua menção na literatura de “ficção histórica” já serve, em si, como transmissora do imaginário sobre o feminino das épocas em que foi produzida e difundida. Tendo em mente a teoria da “energia social” de Greenblatt, uma época e seu imaginário popular

² CHARTIER, 2011: 96-97.

³ A primeira referência feita ao Rei Arthur e sua corte foi em “História dos Reis Britânicos” de Geoffroy Monmouth no início do século XII d. C.

podem ser identificados através da forma como a literatura do período os expressa.

Nesse sentido, a primeira obra que expressa de forma mais ampla a relação matrimonial e a figura da Rainha Guenevere, traduzindo o imaginário moral e religioso sobre o papel de geradora de herdeiros da Rainha Consorte, é “Le Morte D’Arthur” de Sir Thomas Malory⁴.

Na *Legenda Arturiana*⁵ e, especificamente, em “Le Morte D’Arthur”, a Rainha Guenevere é a jovem esposa do Rei Arthur, uma cristã devotada que acaba por se apaixonar pelo mais fiel cavaleiro e amigo de seu marido, Sir Lancelot. Como uma boa esposa cristã, Guenevere deve lutar contra seus sentimentos e desejos para cumprir as funções da boa esposa (VECCHIO, 1990) e Rainha Consorte. Entretanto, seus esforços não são capazes de sobrepujar seus sentimentos e ela acaba por transformar-se em uma esposa adúltera ao se entregar a seu amor por Lancelot e formar, assim, um dos mais famosos triângulos amorosos da História e da literatura.

A devoção da Rainha, bem como sua vontade em mostrar-se uma boa esposa, é minada, não só pelo adultério, como também pelo fato de ser incapaz de produzir herdeiros para o reino. Nesse sentido, o adultério e a infertilidade estão intimamente ligados no imaginário moralista cristão do Ocidente Medieval.

⁴ Obra escrita no século XIV d. C.

⁵ São denominados histórias arturianas; temáticas arturianas; lendas/legendas arturianas os conjuntos de narrativas sobre o Rei Arthur, Camelot, seus cavaleiros e a Távola Redonda, suas ações e relações de amizade, fraternidade e fidelidade entre aqueles que o cercavam de forma mais próxima.

Para o consciente coletivo do século XIV d. C., quando da produção e divulgação de “Le Morte D’Arthur”, era apenas lógico concluir que o adultério da Rainha Guenevere fosse punido com a infertilidade. Para os teólogos e juristas medievais, espalhando-se por todo o imaginário popular (DELUMEAU, 1978), a mulher seria naturalmente mais fraca moral e fisicamente e mais inclinada ao adultério e a todo tipo de infidelidade do que os homens. Portanto, a infidelidade feminina não se constituía como um fato espantoso, visto que era esse o tipo de comportamento que se esperava delas, graças à fraqueza de seu caráter.

Sendo essa a natureza da mulher – mais má ou, no mínimo mais leviana do que o homem – uma lógica milenar, mas que por diversos aspectos se torna mais dura ainda no começo da Idade Moderna, situa juridicamente o “segundo sexo” em uma condição inferior¹⁰.

Entretanto, as Rainhas se mostravam também, principalmente através do imaginário comportamental divulgado pela literatura, como exemplos ao comportamento de suas súditas. Como monarcas abençoadas por Deus, as Rainhas unguidas deveriam se apresentar como particularmente menos propensas às falhas de caráter consideradas tão comuns às mulheres. Principalmente aquelas que se tornaram Rainhas pelo casamento, de forma bastante específica, desde o momento de sua coroação devem dedicar o dobro do esforço para superarem os vícios típicos de seu gênero e se apresentarem como o mais perfeito modelo de comportamento a ser alcançado pelas mulheres de seu reino.

O fato de a Rainha Guenevere não ter conseguido conter seus instintos femininos adúlteros causou a ela o pior castigo que uma mulher em sua posição poderia receber, a incapacidade de produzir herdeiros para seu Rei e seu país.

Dentro desse imaginário, a incapacidade de gerar filhos era motivo mais do que justo para que o Rei descartasse sua esposa para tomar uma nova, capaz de cumprir as funções matrimoniais, políticas e espirituais de uma Rainha Consorte, funções essas essencialmente traduzidas em um objetivo, o da continuidade da dinastia de seu marido.

No caso da Rainha Guenevere de Malory, o Rei, ainda que alertado sobre a traição da esposa, se recusa a acreditar e só se convence depois de testemunhar o adultério da esposa com os próprios olhos. Como um homem apaixonado e como o Rei justo e honrado que é, Arthur, só depois de confirmada a traição da esposa, decide por renegá-la e condená-la à morte. No momento de sua execução, no entanto, Sir Lancelot a salva e leva para um convento, onde o Rei, em sua benevolência, permite que ela permaneça.

A prerrogativa de se livrar de uma esposa, não só infiel como “infrutífera”, que o monarca possuía aparece também de forma muito clara em um segundo exemplo, o de Henrique VIII. Ninguém se utilizou mais de tal prerrogativa do que ele, tendo se casado seis vezes e se desfeito de suas duas primeiras esposas por não lhe darem herdeiros homens para o trono inglês.

Na primeira metade do século XVI d. C., Henrique VIII da dinastia Tudor assume o trono da Inglaterra depois da morte de seu irmão

mais velho e se casa com a esposa de seu irmão, Catarina de Aragão. Mais velha do que Henrique, Catarina engravida cinco vezes em seu período como Rainha da Inglaterra, entretanto, apenas uma de suas filhas nasce e permanece com vida, Maria, futuramente conhecida como “Bloody Mary”⁶, por seu reinado de perseguição violenta aos anglicanos.

Nos últimos anos de seu crítico casamento com Catarina de Aragão, Henrique conhece a jovem dama de companhia Ana Bolena e a toma como amante. Ana se utiliza de astúcia para prolongar os interesses do Rei por ela e transformar a relação em um matrimônio, tornando-se assim a nova Rainha da Inglaterra. Henrique, por sua vez, impulsionado pela doutrina protestante, que partindo da Alemanha vinha tomando conta, especialmente da nobreza britânica, e do desejo de transformar a amante em esposa, rompe com o Papa e com a Igreja Católica para fundar a chamada Igreja Anglicana. No entanto, tal decisão também é tomada, sobretudo, pela necessidade de se divorciar de sua primeira esposa, que havia sido incapaz de lhe dar filhos homens para herdar o trono.

Ana Bolena representava para o Rei não só um caso amoroso, mas também a esperança de produzir herdeiros. O divórcio de Catarina e o novo casamento se faziam necessários, pois, qualquer filho que nascesse de Ana antes de oficializado o casamento seria ilegítimo e qualquer aspiração que possuísse ao trono seria inevitavelmente contestada.

⁶ Em português, “Maria, a Sangüinária”.

A questão da ilegitimidade era um fantasma que assombrava dinastias desde os primórdios das transmissões de poder hereditárias. É certo que manter amantes, inclusive oficializá-las, era prática comum, especialmente aos monarcas, e em boa parte das vezes, especialmente se os filhos ilegítimos eram nascidos de amantes oficiais, as crianças “bastardas” recebiam títulos de nobreza. Porém, tais filhos não tinham chance de competir contra as pretensões dos filhos legítimos em herdar o trono paterno.

No caso do Rei Arthur, seu filho ilegítimo também carregava, em si, a marca da imoralidade, resultado de sua concepção incestuosa. Mordred, o “bastardo” que Arthur gerou em sua própria irmã, a “feitiçeira” Morgana Le Fay, jamais poderia ser o candidato ideal ao trono britânico. Visto como o antagonista do Rei, Mordred apresenta-se como a incorporação, a representação, de toda a prole real ilegítima. Frutos de relações adúlteras, por mais que fossem consideradas com indulgência, os filhos que não eram nascidos das Rainhas jamais seriam tão aptos a governar quanto os filhos legítimos, ungidos por Deus e como a justa herança do reino.

Henrique VIII se tornou famoso por suas conquistas no âmbito amoroso e pela grande quantidade de amantes que tomou para si. Alguns anos antes do divórcio com Catarina de Aragão, nasce um filho “bastardo” de Henrique com uma das damas de companhia da Rainha, Elizabeth Blount, Henry Fitzroy, que morre muito jovem em 1536. Entretanto, não importava quantos filhos ilegítimos o Rei possuísse, apenas um filho legítimo garantiria direito incontestável ao trono e evitando,

ainda que nem sempre houvesse ocorrido de tal maneira, chances de uma guerra civil.

Convencido de que Catarina não seria mais apta a lhe dar filhos, Henrique rompe com a Igreja Romana para poder divorciar-se de Catarina, visto que o Papa não lhe daria a anulação de seu casamento, pois o vaticano possuía fortes ligações com a Espanha, terra natal de Catarina e onde sua família ainda reinava. A esperança do Rei inglês era de que sua segunda e jovem esposa, Ana Bolena, lhe desse o tão desejado menino para prolongar a dinastia Tudor e, em 1532, o casamento acontece.

Entretanto, ao longo dos quatro anos de seu casamento com Ana Bolena, Henrique acaba por ver uma repetição das decepções que tivera com sua primeira esposa. Um ano após realizado o casamento, Ana fica grávida e da à luz uma filha, Elizabeth. Entretanto, os anos seguintes se tornam uma sucessão de abortos e um filho natimorto, as esperanças do Rei de possuir um herdeiro homem para seu trono se tornam longínquas.

No caso do período da dinastia Tudor, vemos repetido o conteúdo moralizante encontrado na obra de Malory do século XIV d. C. Em “Le Morte D’Arthur”, a infertilidade da Rainha Guenevere era uma punição divina pelo caráter adúltero da Rainha e incestuoso do Rei. No caso de Henrique VIII, diversas foram as acusações religiosas e morais à falta de herdeiros homens.

Para o próprio Rei, e seu círculo interno, a incapacidade de Catarina de Aragão em gerar meninos era uma punição divina por Henrique ter se casado com a mulher que havia sido esposa de seu irmão, como a bíblia condena. Tal consciência religiosa de culpa repentina se apodera

de Henrique no momento mais propício possível e é usada como mote de seu pedido de anulação do casamento para a Igreja Católica, pedido esse que acaba por não ser atendido.

No caso de Ana Bolena e de sua incapacidade de dar filhos homens ao Rei, diversas foram as atribuições punitivas e as explicações morais. Para os católicos, era uma punição ao Rei por ter rompido os laços com a Igreja, fundar a Igreja Anglicana, se divorciar e se casar novamente com uma mulher de tendências protestantes, vista como feiticeira e manipuladora. De certa forma, o próprio Henrique acaba, ao perceber a incapacidade de Ana em gerar meninos e ao voltar suas atenções e esperanças de um herdeiro para sua nova mais nova amante, Jane Seymour, assimilando e adotando para si o discurso e a imagem de Ana Bolena como feiticeira e manipuladora.

Necessitando, novamente, encontrar motivos para livrar-se da esposa, Henrique recorre à acusações de adultério por parte da Rainha. Também aqui, na Idade Moderna, os temas do adultério e do incesto, encontrados na corte arturiana de Malory, se fazem presentes. Ana Bolena acaba sendo condenada à morte não apenas por adultério, mas também pela acusação de ter tomado como amante seu próprio irmão George Bolena. Era claro, então, para o imaginário popular, jurídico, real e religioso, que a incapacidade de Ana em produzir um herdeiro Tudor se devia ao seu caráter adúltero e incestuoso, as mesmas acusações justificavam a infertilidade da Rainha Guenevere e o caráter imoral do filho ilegítimo do Rei Arthur.

Tal imaginário moral acusatório acaba por se fixar quando, logo no ano da execução de Ana Bolena, em 1536, Henrique VIII toma Jane Seymour como esposa. Considerada como uma moça extremamente virtuosa e uma cristã exemplar, logo em 1537 Jane dá à Henrique o filho que ele tanto desejava, mas morre no parto, o menino é batizado como Eduardo, e aos nove anos de idade se tornaria Eduardo VI, Rei da Inglaterra, sob a regência do Duque de Somerset.

Ainda que tenha se casado mais três vezes até sua morte em 1547, nenhuma de suas outras esposas lhe dá mais herdeiros. A ironia da História faria com que fossem suas duas filhas, Maria e Elizabeth, as que carregariam a dinastia Tudor. Tornando-se ainda mais reconhecida do que o próprio Henrique VIII, Elizabeth I reinou sozinha e optou por não se casar, acabando por não dar fim à dinastia Tudor. O fim da dinastia Tudor, ainda que com uma geração há mais de duração, acabou por ser semelhante ao fim da dinastia do Rei Arthur. A infelicidade de ambos os monarcas em gerar um herdeiro acaba por dar fim às duas poderosas dinastias, a culpa acabou por recair, entretanto, nas Rainhas Consortes e na punição divina que suas falhas de caráter acabaram por provocar.

Em sua unidade de gênero, ao longo de toda a História da humanidade, as mulheres carregaram consigo estigmas que marcaram e condicionaram suas vivências. Todas as épocas testemunharam o gênero feminino, em todas as classes sociais, tentando sobreviver àquilo que lhes era imposto pelo imaginário moral cotidiano, essencialmente masculino, de seus determinados contextos. Mesmo as Rainhas não fugiam de sua condição feminina e possuíam suas próprias cargas de obrigação

a cumprir como mulheres, a principal delas era a de gerar, ao menos um, filho homem para herdar o trono e dar continuidade à dinastia de seu marido.

Naturalmente, essa não era a única função que possuíam as Rainhas Consortes, entretanto, era a mais importante. Falhar com essa obrigação era considerado motivo mais do que válido para que, mesmo em condição de poder, essas mulheres fossem descartadas para que pudessem abrir espaço para outra que fosse capaz de desempenhar tal papel.

Obviamente, a culpa da infertilidade não era atribuída ao masculino. Seria inadmissível atribuir ao Rei a incapacidade de produzir herdeiros para seu reino, visto que fazia parte do imaginário coletivo oficial a ideia de que a mulher era falha, frágil e naturalmente inferior em todos os sentidos em relação à superioridade masculina (DELUMEAU, 1978).

As semelhanças entre os casos do Rei Arthur de Malory e de Henrique VIII, mas especificamente da Rainha Guenevere e de Catarina de Aragão e Ana Bolena, mostram a continuidade histórica de um imaginário profundamente fixado. As diferenças marcantes de contexto, como o fato de Malory ter escrito “Le Morte D’Arthur” no século XIV d. C. e a história ser ambientada no século V d. C. e de Henrique VIII ser um monarca do século XVI d. C., bem como o fato de o Rei Arthur e a Rainha Guenevere serem personagens essencialmente literários sem existência comprovada e de Henrique VIII e suas esposas serem personagens iquestionavelmente reais e históricos, não mudam o fato de que a função reprodutora das Rainhas Consortes eram as mesmas e as falhas

em cumprir tal função fossem atribuídas aos mesmos motivos religiosos e morais tanto para a Rainha Guenevere quanto para Ana Bolena.

Talvez a continuidade de tal estigma de gênero tenha se quebrado com o advento do mundo contemporâneo. Entretanto, atualmente, o gênero feminino possui seus próprios estigmas. As ditaduras da imagem, os padrões de comportamento e as pressões que pesam sobre as mulheres para que se ajustem a determinados estereótipos midiáticos, bem como a ampla rejeição àquelas que não conseguem cumprir tais requisitos, são permanências de um imaginário mais antigo do que comumente se afirma.

Em meio às amplas mudanças e conquistas no sentido da igualdade entre os gêneros, tais estereótipos aplicados às mulheres são exemplos da longa duração (BRAUDEL, 1979) dos estigmas que marcam o sexo feminino.

Bibliografia

BRAUDEL, Fernand. *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XV^e-XVIII^e siècle. Vol.3. Le temps du monde*. Paris: Armand Colin, 1979.

DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*. Tradução: Maria Lucia Machado; Tradução de Notas: Heloísa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FARMAN, John. *The Very Bloody History of Britain*. Red Fox, 1992.

LOPES, Marcos Antônio. *O Imaginário da Realeza*. Londrina: EDUEL, 2012.

MALORY, Sir Thomas. *La Morte D'Arthur*. Introdução de Helen Moore. Inglaterra: Wordsworth Classics of World Literature, 1996.

PERROT, Michelle. A Maternidade in: _____. *Minha História das Mulheres*. 1ª edição. São Paulo: Contexto, 2008.

MACDONALD, Fiona. *Women in Medieval Times*. Peter Bedrick Books, 2000.

MEYER, G.J. *The Tudors*. New York: Bantam Books Trade Paperbacks, 2010.

ROCHA, João Cezar de Castro (org.). *Roger Chartier – a força das representações: história e ficção*. Chapecó, SC: Argos, 2011.

VECCHIO, Silvana. A Boa Esposa in: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das Mulheres*. Volume 2: A Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, Lda, 1990.

ZINK, Michel. Introdução. In: TROYES, Chrétien de. *Romans de la Table Ronde*. França: Le Livre de Poche *Classiques*, 2002.